

# O QUE ESCREVER QUER DIZER NA POLÍTICA? CARREIRAS POLÍTICAS E GÊNEROS DE PRODUÇÃO ESCRITA

possié

Igor Gastal Grill  
Eliana Tavares dos Reis

## RESUMO

Neste artigo são examinados investimentos “intelectuais” de políticos profissionalizados no exercício de mandatos eletivos, a partir da análise das relações entre os gêneros de escrita e as modalidades de atuação que privilegiam. Para tanto, procedeu-se a um levantamento no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/FGV) dos agentes que exerceram cargos eletivos e que são autores de livros. Foram então reunidos 1.181 casos, identificando regularidades em termos de origem geográfica, período em que exerceram os cargos e os tipos de textos aos quais se dedicaram. Posteriormente, foram observadas correspondências entre o gênero de escrita e os períodos históricos em que ocuparam cargos políticos; as regiões de atuação; a posição social (mediante indicadores como títulos escolares, instituições em que foram obtidos e profissões exercidas); e a posição alcançada na hierarquia política (postos mais altos ocupados na carreira eletiva e de cargos administrativos).

## PALAVRAS-CHAVE

Elites. Intelectuais. Especialização Política. Gêneros de Escrita.

## ABSTRACT

This article examines the “intellectual” investments of professionalized politicians during their terms, by analyzing the relation between the genres of writing and their political focus. For this, we carried out a survey in the Brazilian Historic-Biographical Dictionary (DHBB/FGV) for those agents who were elected for a public political run and are authors of books. 1,181 cases were gathered, identifying regularities in terms of geographical origin, their terms and the kinds of texts they worked with. Subsequently, we observed correspondences between the genre of writing and historical periods in which they occupied political positions, the regions of operation; social position (through indicators such as academic degrees, institutions in which they were obtained and occupations), and the position reached in the political hierarchy (higher positions on elective terms and bureaucratic positions).

## KEYWORDS

Elites. Intellectuals. Political specialization. Genres of Writing.

## 1 Introdução

Os estudos sobre as relações entre intelectuais e a política têm se debruçado sobre períodos de menor ou maior (in) distinção entre esses domínios, sobretudo no que tange às atividades e ao recrutamento social dos agentes. A ênfase geralmente recai sobre os processos históricos e os condicionantes sociais de diversificação e autonomização (sempre relativa) das esferas culturais e políticas. O que não significa um entrave para que elas sejam constantemente interseccionadas (na prática militante ou nas formulações acadêmicas, por exemplo) e que se traduzam na definição de papéis e problemáticas legítimas, mobilizando agentes com atributos específicos, responsáveis pela produção e manipulação de bens simbólicos.

No Brasil, há muitas discussões sobre as interferências da “política” no trabalho intelectual, no entanto poucas são as pesquisas que têm aportado sobre a importância da produção intelectual no trabalho político. Isso não somente como estratégia de apropriação de produtos concebidos nos mundos culturais (literatura, ciência, filosofia, religião, etc.), mas também como uma dimensão significativa da própria atividade política ou como trunfo contundente para a conquista de posições relativamente bem alocadas neste espaço de concorrência.

Qual o lugar, os significados e os usos da produção escrita entre os agentes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos? O que ela informa sobre os vínculos, trânsitos, critérios e registros duplos, enfim, amálgamas que se estabelecem entre produção intelectual e atividade política profissional? Tais indagações vêm orientando uma reflexão mais ampla sobre o trabalho de escrita (memórias, ensaios, romances,

poesias, artigos, etc.) entre profissionais da política no Brasil, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade Federal do Maranhão.

Propõe-se no presente artigo indicar algumas pistas sobre o peso de determinados tipos de investimentos “intelectuais”, notadamente no tocante à produção de livros, na carreira de agentes profissionalizados no exercício de mandatos políticos. Mais especificamente, são apreendidas as relações entre a diversidade de gêneros de escrita e as modalidades de atuação privilegiadas por profissionais da política. Esse recorte foi realizado com base no desdobramento de estudos anteriores ou em andamento, nos quais as “obras” de autoria de “políticos” integram *corpus* discursivos reveladores, no mínimo, de quatro aspectos imprescindíveis do trabalho de constituição e disputas em torno do *nomos* do espaço político.

O primeiro se refere à verificação de um duplo e indissociável reconhecimento conquistado por agentes que se afirmam como porta-vozes de “causas” legítimas, contando com a notoriedade enquanto “intelectual” e a reputação de “comprometimento político”, aplicados em produções escritas mais generalistas sobre “projetos de sociedade”, ou de cunho mais técnico que compatibilizam *saberes* profissionais e questões sociais/políticas (REIS, 2007, 2008a e b;). O segundo diz respeito ao caráter consagrador ou detrator da construção de “etiquetas políticas” ou “ismos” para o qual contribuíram o gênero de escrita biográfica ou histórica (GRILL, 2010). O terceiro concerne ao trabalho simbólico de auto-apresentação e de administração de identidades estratégicas,

bem como de teorizações nativas fornecidas por parlamentares acerca de regras, papéis e definições concorrentes relativos ao jogo político, presentes em relatos autobiográficos ou memorialísticos (GRILL, 2011). E, por último aspecto, se destaca a politização de bens culturais como poemas, romances, peças de teatro, letras de música, entre outros, orquestrada por agentes empenhados tanto nos domínios culturais como nas suas carreiras políticas, sinalizando para as fronteiras fluidas, os terrenos incertos, as intersecções de lógicas que imbricam atividades consideradas “intelectuais” e a militância política (REIS e GRILL, 2008).

As investigações têm sido realizadas tomando-se duas configurações regionais contrastantes (Rio Grande do Sul e Maranhão), em diferentes momentos históricos e dinâmicas de concorrência. Visando aprofundar alguns dos elementos identificados no exame dos processos de especialização política e das interdependências entre lógicas e princípios políticos e intelectuais, o escopo de investigação foi ampliado em termos geográficos e o foco de análise foi restringido à produção de obras por políticos profissionais que alcançaram o cume da hierarquia de postos políticos. Em face da necessidade de recorte e da disponibilidade de fontes biográficas, são abarcados agentes que ocuparam cargos como Senador e como Deputado Federal, independentemente de terem ou não passado por posições mais periféricas (como vereança) ou centrais (como ministérios). Parte-se da ideia de que a propensão para escrever livros aumenta correlativamente à ocupação de posições situadas no topo da pirâmide política, estando, portanto, nesse universo delimitado para a investigação, o grosso dos escritos fornecidos por esta categoria de agentes.

## 2 As difusas e móveis fronteiras entre o trabalho político e o intelectual

Sabe-se que personalidades públicas são eternizadas em monumentos erguidos, documentos armazenados e interpretações oferecidas sobre seus feitos e as conjunturas das quais participaram. Tais interpretações, retrospectivas ou não, oferecidas por historiadores, jornalistas, cientistas sociais, entre outros, alinham-se no trabalho social de invenção das posições e papéis políticos. Ou seja, em que diferentes categorias de agentes, com distintos e múltiplos créditos e rendimentos, empenham-se em dizer o que é (ou deveria ser) “a política” ou “o político” em determinadas condições sociais e históricas. No entanto, para o momento, a questão que se coloca é quando o papel de descrição, registro ou análise é operado por agentes que procuram sair daquele “estado” de “objeto” de apreciação para pretender ao de “sujeito”. Lançando mão de diferentes recursos sociais, culturais e ideológicos que dispõem (ou que estão disponibilizados) podem pontuar temáticas consideradas relevantes e adentrar em universos da produção de bens simbólicos considerados mais legítimos como a escrita. Fala-se, então, de uma circunstância em que as lideranças políticas apresentam definições de si e dos demais, apropriam-se de meios não necessariamente monopolizados por outros domínios de competências, e ainda podem atestar a sua capacidade de reflexão e distanciamento do posto (LE BART, 2005, 1998; NEVEU, 2003, 1992).

De modo geral, pode-se apostar em cinco aspectos (conectados) fundamentais que explicitam, ao menos em parte, as lógicas subjacentes aos empreendimentos de escrita dos agentes ora investigados.

O elemento mais geral diz respeito à possibilidade de entender a dinâmica política nas suas relações de interdependência com outros domínios sociais. As intersecções legítimas e valorizadas entre esses domínios (particularmente os políticos e os intelectuais) são produzidas e sustentadas justamente pela circulação dos agentes e acarretam em efeitos de hierarquização em diferentes níveis. O que vai ao encontro da importância, acentuada por Le Bart (1998, p. 76), de se “analisar as interações entre campo ‘literário’ e campo político para perceber complementaridades, superposições, eventualmente deslocamentos distintivos entre *métier* (s) político (s) e *métier* (s) da escrita, entre definições dominantes do ‘homem político’ e definições dominantes do ‘homem de letras’”.

De par com a aceitação da existência de amálgamas e intercruzamentos de lógicas e domínios, derivando em um espaço social marcado pela plasticidade e fluidez das fronteiras que poderiam delimitar as suas esferas específicas, propõe-se aqui que a dedicação em oferecer escritos (análises técnicas, posicionamentos ideológicos, narrativas históricas, textos literários, memórias, etc.) pode significar: a) uma forma de submissão à lógica do jogo social em geral e ao político especialmente, haja vista que escrever ocupa uma posição de excelência frente a outras formas de produção de bens simbólicos (como teatro, música, dança, oratória...); b) um trunfo contundente na concorrência política de homens e mulheres com carreiras políticas eletivas entre si e com outros agentes pela imposição de sentidos sobre o mundo social; c) uma oportunidade de ativação de estratégias de subversão do jogo ou simplesmente de “saída” da rotina mais pragmática das atividades políticas; d) e, finalmente, a chance de demarcação de uma singularidade que justifica e maximiza

o potencial distintivo de representação (política) pleiteado.

A ideia de submissão visa enfatizar que os especialistas que disputam entre si a posição de representações e categorizações (que beneficiariam as posições que eles próprios assumem), estão também subordinados a valores e práticas dominantes. Assim, escrever não é somente uma escolha, um ensejo para demonstrar a capacidade de reflexão ou uma ocasião de estabelecer versões autorizadas. Tal prática pode significar uma injunção, um “dever”, ou refletir uma forma de constrangimento (do meio de inscrição, das origens, dos oponentes, dos profanos, etc.), enfim, apresentar-se como uma exigência (afirmada, por exemplo, nas ocasiões em que não são os próprios políticos que escrevem, mas que assinam a autoria de certas publicações).

Todavia, a mesma injunção constitui-se como expediente de luta importante na ordenação de batalhas, mediante a composição das estratégias de concorrência (e afinidades) com outros domínios sociais como os universitários, os religiosos, os jurídicos e os midiáticos. Se os porta-vozes desses espaços autorizam-se todo o tempo a posicionar-se sobre e no universo da “representação” política e muitas vezes a concorrer com os profissionais da política pelo papel de representante da opinião pública (NEVEU, 2006; MARQUETTI, 2001; GARRAUD, 2001; CHAMPAGNE, 1998; CHARLE, 1990; entre outros), o trabalho intelectual das lideranças políticas coloca-se como uma forma de intervenção na definição e tomada de posição acerca de problemas sociais considerados legítimos. O que, como foi dito, favorece a multidimensionalidade de lógicas e trâfegos de agentes ou trâficos de produtos, sem grandes interdições ou a necessidade de expressivas re-traduições.

A produção escrita desponta, então, não somente como recurso de distinção e critério de hierarquização endógeno, mas também coadunado a dinâmicas de concorrência e complementaridade mais amplas com outros domínios e agentes em interdependência. Isto é, os textos produzidos não necessariamente se inscrevem apenas na disputa interna aos domínios políticos, mas podem igualmente participar do processo concorrencial de redefinição das posturas intelectuais, assim como de lugares no espaço de poder mais amplo<sup>1</sup>.

Conjuga-se ao processo que delinea um campo de disputa e de hierarquização internos e externos, aquele em que a profissionalização da atividade política é acompanhada pelo afloramento do seu descrédito (muito devido à expansão e diversificação dos espaços e repertórios de mobilização política; à competição com outros porta-vozes, mencionados acima; às considerações cínicas do cinismo político, entre outros). Em uma configuração caracterizada pela conjunção de referências que depreciam ou desqualificam a posse de cargos eletivos, adicionada à escalada do conhecimento técnico e à persistente valorização de uma condição de intelectual, a conquista de altas posições no *ranking* político parece depender das aptidões para se apresentar como um profissional híbrido (político, intelectual, especialista, militante...).

Afora as imposições de um determinado perfil que corresponderia aos códigos do sucesso político, a produção escrita pode significar também, para os agentes em compe-

tição, tanto a chance de tentar modificar os critérios que pautam o jogo social e político como apenas um desvio do cotidiano das responsabilidades políticas. Neste caso, enquanto ato de criação, esta prática é entendida como possibilidade de mediação entre princípios da *responsabilidade* e da *convicção*, nos termos weberianos (1993), e permite pensar o espaço político como um *transcendental histórico*, isto é, ao mesmo tempo como um “campo de censura” e “meio de expressão”, que circunscreve o espaço dos possíveis e dá brechas à inventividade (BOURDIEU, 1996, p. 266).

Portanto, a produção escrita aparece como uma forma de não subordinar-se à rotina do papel; de conjugar as urgências do jogo político à capacidade de reflexão e distanciamento em relação às mesmas; de explorar a margem para as transmutações possíveis. Trata-se, assim, de entender que, por um lado, a atividade escrita traz à tona uma dimensão relacionada à racionalização do trabalho político, que requer compromissos com os resultados, o exercício de papéis prescritos, de aquiescência às regras, etc. E que, por outro lado, ela admite as invenções razoáveis; os usos possíveis dos possíveis dados; a externalização de convicções, “projetos”, posições dissonantes ou desviantes, expressos, sobretudo, nos gêneros de escrita.

O último aspecto que se deseja salienta (articulado com o que vem sendo dito) refere-se à consideração de que, instituindo representações através dos escritos, as lideranças políticas podem se re-estabelecer como “representantes” legítimos, balizando

1. Grèzes-Rueff (1994, p. 19-20), analisando o caso francês, já alertara: “A interrogação sobre a cultura ou incultura dos deputados aparece frequentemente (...). Para o homem político é um meio retórico de desvalorizar o adversário, opondo-lhe a legitimidade de uma cultura acadêmica e consagrada pelos diplomas adversários. Para o intelectual e o jornalista é a ocasião de meditar sobre os perigos de confiar o poder do Estado à assembleia de eleitos cujos membros seriam, com frequência, pouco dignos de exercê-la, por falta de formação, de conhecimento e de capacidades intelectuais”.

sua singularidade. Com efeito, a “arte de representar” e a “arte de escrever” encontram-se imbricadas e, possivelmente, compõem um princípio organizador das práticas que se impõe gerando efeitos, mesmo que frágeis, de refração para o espaço político.

Perceber como esses agentes, com carreiras eletivas e voltados para posicionar-se sobre “questões políticas” ou politizáveis, e que se dedicam a engendrar bens simbólicos permite entender as bases da construção de representações sobre o mundo social compatível com as representações que forjam sobre eles mesmos e, inclusive, fundamentando seu potencial como “representante”.

### 3 Duplo investimento e seleção social

Para a operacionalização da pesquisa, o ponto de partida foi um levantamento prévio nos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas (2011), que permitiu detectar e reagrupar os personagens que exerceram cargos eletivos (de deputados e senadores) e para os quais foram elencadas obras publicadas. Foram então reunidos 1.181 casos que satisfazem os critérios mencionados e que expressam regularidades (frequências) em termos de origem geográfica (estados em que atuaram), conjunturas (período em que exerceram os cargos) e os tipos de textos aos quais se dedicaram como: trabalhos mais setorializados que explicitam o uso de competências específicas (profissionais, militantes, escolares...); discussões de cunho mais generalista (edificadores de projetos de sociedade, ideologias, identidades...); produções literárias (romances, novelas, contos, crônicas e poesias); narrativas, descrições ou análises históricas sobre personagens e/ou eventos; e *confissões políticas* (memórias e autobiografias).

Em termos de distribuição geográfica, há uma correspondência com a importância política, econômica e numérica (no interior da Câmara dos Deputados) por regiões e estados. Percebe-se uma nítida densidade na região sudeste (quase 40% do total), seguida da região nordeste (em torno de 30%) que reúne o maior número de estados, da região sul (15%) e norte/centro-oeste que completam o universo (com 15% somadas). Nota-se, igualmente, uma correspondência com a importância econômica, cultural, de tamanho de bancadas e demográfica dos estados, prevalecendo parlamentares de São Paulo (15,7%), Minas Gerais (12,1%), Rio de Janeiro (8,9%), Rio Grande do Sul (7,7%), Pernambuco (6,1%) e Bahia (6,0%). Não é por acaso que nessas configurações regionais, em primeiro lugar, concentraram-se, durante o século XX, além das elites políticas, intelectuais e econômicas do país, as grandes instituições educacionais, as redes de políticos e intelectuais, os círculos de sociabilidades que contribuíram para a formulação de concepções de estado e projetos de nação. E nelas, em segundo lugar, nasceram as primeiras editoras, jornais e revistas que fomentaram a gênese e desenvolvimento do mercado editorial brasileiro.

Considerando que a fonte utilizada registra verbetes biográficos da elite pós-30 (sem deixar de considerar o trajeto anterior dos agentes), que o mercado político esteve fechado entre 1937 e 1945 e que houve uma significativa expansão do mercado editorial e dos índices de escolarização ocorridos entre os anos 1930 e 1960 (SORÁ, 2010; GARCIA JR, 1993a), são particularmente elucidativos os dados condizentes com a distribuição dos políticos que assinaram publicações conforme as décadas em que atuaram. Percebe-se a forte incidência de políticos que escreveram/publicaram nos anos 1950 e

1960, como atesta o quadro abaixo. Vale esclarecer que isso não significa que eles exerceram cargos durante 10 anos ou mais, mas somente informa a década em que o agente esteve, em algum momento preciso, atuante. Assim, as ocorrências indicam a conjuntura política e intelectual das inserções.

Quadro 1

Distribuição por décadas em que os agentes atuaram

DÉCADAS	QUANTIDADE
1910	31
1920	38
1930	236
1940	253
1950	475
1960	407
1970	378
1980	395
1990	302

Fonte: DHBB-FGV

Pode-se avançar nessas pistas aliando a identificação acerca da longevidade ou brevidade das carreiras políticas à cronologia das simbioses entre atividade política e atividade de escrita. Sendo assim, chega-se a 352 casos cuja atuação dos agentes está restrita a determinada década, sendo as mais preponderantes: 1930 (83 casos) e 1950 (87)<sup>2</sup>. Nota-se que essas carreiras mais curtas relacionam-se ao período do Estado Novo em que o “fechamento” do mercado eleitoral incidiu em bloqueios e adiamentos de percursos possíveis. Há ainda aqueles que atuaram politicamente durante duas décadas, somam 416 políticos, sendo os intervalos mais significativos: 1950-60 (82 casos); 1970-80 (88); e 1980-90 (127).

Finalmente, observa-se que 413 parlamentares exerceram funções políticas em períodos que atravessam três décadas, destacando-se: 1930/1940/1950 (41 casos); 1940/1950/1960 (46); e 1970/1980/1990 (60)<sup>3</sup>.

Com base nesses números é possível, *grosso modo*, propor a configuração de três gerações de profissionais da política que se dedicaram às atividades de escrita, notadamente à publicação de livros. Na primeira, lideranças que ingressaram na arena política no decorrer da chamada “república velha” ou já no “período varguista” e saíram de cena na década de 1950. Na segunda, aquelas que apareceram no pós-estado-novo (segunda metade de 1940) e protagonizaram os embates das décadas de 1950 e 1960. E, na terceira geração, agentes que dividem o espaço político desde o período conhecido como de “redemocratização” do país.

Duas tendências devem ser grifadas. Por um lado, observa-se a propensão para a existência de mais casos de parlamentares que escreveram nas décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, verifica-se a ocorrência de um movimento que tende a maior profissionalização política nas últimas décadas. Assim, em uma extremidade, localizam-se os notáveis que se dedicam tanto à política quanto às atividades de escrita como *hobby*. E, em outra extremidade, estão os profissionais da representação que escrevem sobre temáticas esteadas por suas “competências” e especialidades. Esta constatação é mais adequadamente fundamentada com a exposição das informações subsequentes.

A ordenação por gêneros do conjunto de publicações disponíveis trouxe à superfície uma variedade de usos da escrita e de reper-

2. Não foram considerados os casos que ingressaram nos anos 2000.

3. Para essa contagem foi descartada a década de 2000, uma vez que contempla políticos cujas carreiras estão em transcurso e, portanto, não se pode mensurar o tempo de duração.

tórios ativados como mecanismo de legitimação. A classificação mostra que 44% das produções enquadram-se nos escritos generalistas, 25% portam sobre temáticas especializadas ou setoriais, 13% são de biografias históricas, 9,9 % referem-se à literatura e apenas 2,8% dedicam-se às confissões políticas (autobiografias e/ou memórias).

Essas frequências são somente um dos indicadores que encaminham para a apreensão de aspectos como: o processo de consolidação do gênero setorial e de progressivo uso de conhecimentos técnicos ou especializados (voltados para a gestão e representação política); a persistência ao longo do tempo da relevância em escrever sobre as questões da atualidade (generalistas); e o declínio de gêneros como o literário e o investimento em biografias históricas, que paulatinamente são monopolizados por profissionais da literatura, história ou ciências humanas.

Com efeito, para uma melhor apuração dessas considerações, propõe-se o teste de correspondências entre os gêneros de escrita e variáveis referentes: aos períodos históricos (décadas de entrada na política dos autores); à posição social (mediante indicadores como títulos escolares, instituições em que foram obtidos e profissões exercidas); e à posição alcançada na hierarquia política (cargos eletivos e administrativos mais altos ocupados).

Considerando que o foco privilegiado no estudo são as cadeias de interdependências (intersecções, contrabandos, concorrências, influências recíprocas, coações mútuas, invenções de papéis, etc.) entre o “mundo in-

telectual” e o “mundo dos especialistas da representação política”, a partir do quadro geral procedeu-se a uma segunda delimitação selecionando agentes com forte, constante e equilibrada dedicação tanto à carreira política quanto à produção escrita. Portanto, um dos procedimentos adotados foi o de desconsiderar aqueles que constam com uma participação fugaz no espaço político institucional, ainda que apresentem um vasto repertório de produtos culturais. Entende-se que isso indica que são outras as atividades principais por eles exercidas (como jornalistas, literatos, juristas, historiadores...), podendo pesar no seu reconhecimento como “intelectuais” mais do que como “políticos”. O mesmo aplicando-se para o inverso, ou seja, foram dispensados aqueles com carreira política com alguma longevidade em contraste com uma exígua produção escrita.

Desse modo, chegou-se a 299 casos de agentes cujas propriedades sociais evidenciam correlações entre princípios de hierarquização social e de hierarquização/legitimação vigentes em domínios políticos. Majoritariamente são profissionais da política homens (apenas seis são mulheres<sup>4</sup>) que atuam nos principais estados do país em termos do chamado “peso político na federação”; pertencentes a “famílias de políticos”; advindos de alta extração social; com títulos escolares e profissionais tidos como de prestígio e considerados compatíveis com o exercício de funções políticas e atividades intelectuais; portadores de diplomas conquistados em reputadas instituições de ensino superior do país. O que denota a con-

4. O que pode justificar o momentâneo descaso em relação a essas personagens. Entretanto, o fato de haver uma residual presença de mulheres em um universo predominantemente masculino, antes que simplesmente ignorá-las, deve aguçar a indagação sobre quem são elas e como ou em que condições conseguem participar deste quadro. Por isso, um estudo específico sobre esses casos está sendo iniciado.

formação de uma “elite letrada e votada” no interior da “elite política”.

Destarte, é possível identificar a conjunção entre o recrutamento em segmentos estabelecidos social e politicamente aos quais historicamente foi atribuído o papel de pensar, refletir, interpretar, decifrar “realidades”; o exercício de ocupações ligadas a saberes, competências e condições de trabalho que ao mesmo tempo predisõem e impõem a prática da escrita; a posse de títulos que certificam a simbiose direito/dever de escrever; o pertencimento a “rodas” de letrados e personalidades públicas que facilitam a publicação e divulgação de obras, entre outras características.

Antes de prosseguir expondo propriedades e correlações que, acredita-se, descortinam o universo investigado, muito sucintamente cabe acentuar alguns elementos gerais sobre as diferentes configurações de interdependência entre posições e papéis tidos como intelectuais e políticos tramados na dinâmica histórica brasileira. Sublinhando que os arranjos que os entrelaçaram podem ser apreendidos em via dupla, ou seja, tanto a partir das relações entre os “intelectuais” e o “mundo político” como daquelas entre os “políticos” e o “mundo intelectual”.

Inicialmente, sobressai na gênese da constituição do Estado nacional o contraste entre, de um lado, um efeito de sobreposição entre atividades de ensino e parlamentares ou de unificação das elites educadas, cosmopolitas (fortemente definidas pela importação do repertório europeu) e com “vocação política” (ALONSO, 2002; CARVALHO, 1996). Do outro lado, estaria localizada a massa daqueles sem as mesmas condições de acesso ou aproximação com tais oportunidades de poder.

O século XX trouxe como espólio do período imperial o peso da elite homogênea

e coesa que vai se empenhar, notadamente a partir dos anos 1920, na concepção da “identidade nacional” sob a égide de um Estado precocemente centralizado e com forte poder de penetração em um meio social com fraco poder de mobilização (BADIE e HERMET, 1993; PÉCAUT, 1990; TRINDADE, 1985). Nota-se, então, um deslocamento nas posturas intelectuais e políticas com a atenuação da ideologia cosmopolita e a ascensão da atitude nacionalista, condicionado por estratégias de reconversão dos herdeiros de famílias dirigentes em declínio econômico (GARCIA JR., 1993b; MICELI, 1979).

O desenrolar desse processo foi a urgência de reconstrução do Estado nacional nos anos 1930 e, no bojo, o avigoramento do mercado editorial cujas publicações, de forma não negligenciável, vinham imbuídas da temática nacionalista (GARCIA JR., 1993; PÉCAUT, 1990; MICELI, 1979). Destaca-se a série de reconfigurações pontuais que paulatinamente ocorriam como a transferência do eixo dominante das transações culturais da Europa para os E.U.A e as modificações no espaço de possibilidades das carreiras intelectuais, graças à diversificação e expansão do mercado de diplomas universitários. O “estamento burocrático” da era Vargas, como frisou Miceli (1979), foi delineado a partir das posições ocupadas por agentes recrutados e hierarquizados segundo seus recursos sociais, culturais e políticos; distribuídos em postos políticos, administrativos, técnicos e culturais; pautados pela agenda dos “problemas nacionais”.

De dentro do Estado – seja ou não por cooptação, atrelando o trabalho burocrático ou político ao intelectual, estabelecendo distinções entre o “homem político” e o “homem de letras”, etc. – o período que vai até os anos 60 deflagra o processo de especialização das atividades políticas e das ativi-

dades intelectuais. O que não significa dizer que há um descolamento contundentemente umas das outras, haja vista que a base do prestígio social conquistado no desempenho dessas atividades é construída com a atestação de alguma forma de reconhecimento acumulado nas inscrições em ambos os domínios (CORADINI, 2003).

Os arranjos operados durante o Estado Novo (1930-1945) também tiveram impactos sobre a configuração política subsequente (1945-1964), em especial sobre o sistema partidário da denominada “democracia populista” – em grande parte composto por forças mobilizadas no “regime varguista” ou por setores da “oligarquia” marginalizados no mesmo período.

É preciso grifar desses processos, notadamente desencadeados nos anos 1930, fatores como: a aglutinação temporária de correntes políticas opostas e de agentes que são oriundos de um espaço político tradicional (descendentes de grandes proprietários) e são *outsiders* em relação às forças provinciais hegemônicas (São Paulo e Minas Gerais). Além disso, eles são marcados pelos bloqueios nas carreiras militares, jurídicas e políticas, que contribuíram para a ativação de estratégias de reconversão ao poder central das elites agrárias (GARCIA JR, 1993b).

Em outra direção, complementar e não contraditória, percebe-se que as composições sociais dos partidos concorrentes na década de 40, União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), são diversas em termos econômicos e sociais. Sendo a base privilegiada do recrutamento dos “udenistas” os “círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes

durante a Primeira República”; enquanto os “pessedistas” eram majoritariamente selecionados entre lideranças do empresariado industrial, entre o pessoal político das interventorias e entre alguns elementos das corporações burocráticas, como os militares. A maior ou menor proximidade com o poder central no Estado Novo constitui força de atração a uma ou outra sigla (MICELI, 1981, p. 563).

Conjuga-se a isso, o ingresso maciço de distintos segmentos no espaço de concorrência eleitoral a partir de 1945, ligados especialmente à imigração (descendentes de alemães, italianos, sírios, libaneses, japoneses...). A afirmação na arena política, nesses casos, estaria vinculada ao processo ascensional de mobilidade social e de reconversão de bases econômicas em bases de exercício do poder político-eleitoral. As estratégias escolares de obtenção de títulos em instituições semelhantes àquelas frequentadas pelas “famílias tradicionais”, assim como a especialização em atividades comerciais e/ou empresariais, somaram-se ao capital de relações sociais acumulados e à condição de mediadores que determinados “grupos familiares” adquiriram nas “colônias” ou “comunidades” as quais estavam ligados (CORADINI, 1998a; SEYFERTH, 1999; FAUSTO, 1995; TRUZI, 1995; GRILL, 2008).

No universo intelectual, Pécaut (1990) caracterizou a intervenção da geração culta constituída nos anos 1925 a 1945 como de construção e decifração da “nação”; ao passo que aquela atuante nos anos 1950 aos 1960 teria se voltado para a formulação de projetos de desenvolvimento econômico, para a promoção da emancipação das classes populares e para a garantia da independência nacional.

Os conteúdos atribuídos aos papéis e gramáticas intelectuais e políticas, assim

como as formas de intervenção na “realidade”, alteraram-se durante as lutas de resistência ao regime militar e pela democratização do país. Entram em cena lideranças oposicionistas orientadas por versões de marxismo, que inauguram seus engajamentos em movimentos estudantis, religiosos e organizações clandestinas; em que a universidade e os professores universitários ganham proeminência; as ciências sociais se afirmam como disciplina e como fonte para a aquisição de saberes para engajamentos múltiplos; agências internacionais, sobretudo americanas, investem no financiamento de instituições e de “competências” compatíveis com os ideais da “democracia”; novos partidos políticos são formados, entre outros. Na proliferação de causas, espaços e porta-vozes legítimos da gramática democrática, os debates em torno das políticas públicas apropriadas ocupam lugar central, mobilizando agentes que, numa perspectiva diacrônica e/ou sincrônica, podem exercer os papéis ou ativar lógicas híbridas como militantes, intelectuais, *experts* e políticos profissionais, dependendo das trajetórias e carreiras profissionais e políticas seguidas (REIS, 2012).

Deste modo, não é exagero afirmar que nas últimas décadas houve uma progressiva diversificação da composição social da chamada “elite política brasileira”. Tal constatação se ampara na identificação de uma diversidade de extrações sociais que convivem em diferentes âmbitos e posições nas hierarquias do universo político e polarizam entre si. De um lado, encontram-se os herdeiros de “grandes famílias” que combinam saberes e recursos advindos do espaço doméstico (socialização, patrimônio simbólico, redes de relações, etc.) com conhecimentos técnicos acumulados em escolas que se notabilizaram na formação de grupos dirigen-

tes e em funções públicas (GRILL, 2008; CANEDO, 2011). Do outro lado, localizam-se, em proporções cada vez maiores, os agentes que acionam capital associativo (militância em associações, sindicatos, movimentos estudantil, igreja católica, guerrilha) em trajetos ascendentes de ocupação de cargos eletivos – afirmando-se como novos segmentos na esfera política (REIS, 2008b; GRILL, 2008; CANEDO, 2008; CORADINI, 2007; SANTOS e SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002 e 2006). Com efeito, novos repertórios de atuação e formas de legitimação da especialização na política se fixaram. Sobre tudo emergem clivagens entre concepções e modalidades de intervenção apresentadas como mais “técnicas” e outras consideradas como mais “militantes”, segundo os perfis, as posições e os objetos disputados pelos agentes (relacionalmente) em dado *site* de luta. Sem deixar de mencionar os múltiplos intercruzamentos entre elas e apropriações multifacetadas dos seus significados (CORADINI, 2002; REIS, 2008b).

As informações expostas a seguir permitem visualizar em detalhe parte dos processos de reconfiguração dos espaços políticos e intelectuais, assim como das imbricações que promovem. Os dados relativos à extração social e as correlações com registros de escrita em forma de livros são elucidativos da interligação entre seleção social, hierarquização política e recursos intelectuais.

Assinala-se que, em termos de estados de atuação, os casos analisados concentram-se em São Paulo (39), Minas Gerais (37), Rio de Janeiro (35), Bahia (28), Rio Grande do Sul (27), Pernambuco (24), Ceará (18) e Paraná (14). Somados, os parlamentares desses 7 estados chegam a 222 casos e representam aproximadamente 75% (3/4) do total analisado. Os demais estados (20) contribuem com algo em torno de 25% (1/4)

da amostra e não ultrapassam 9 casos por unidade da federação.

Foi possível identificar, ainda, entre os 299 parlamentares considerados, a existência de 154 casos de agentes como pertencentes às chamadas “famílias de políticos” nos seus estados de atuação. Trata-se de descendentes e/ou ascendentes e/ou ligados por alianças matrimoniais a outros ocupantes de cargos eletivos (sem levar em conta os casos de parentes que ocupam cargos administrativos e burocráticos no espaço político mais amplo).

Além disso, entre as profissões dos pais detectadas, observou-se que esses últimos são: fazendeiros (47), militares de alta patente (24), empresários (17), comerciantes (20), advogados (13), magistrados (13), professores (7), altos ou médios funcionários públicos (8), médicos (7), engenheiros (3), dentistas, agricultores (2), historiador, tabelião, jornalista, embaixador, alfaiate, barbeiro, metalúrgico, pedreiro (1 de cada). Não há a informação para 131 casos.

No que tange às ocupações prévias, atenta-se para a concentração nas seguintes atividades: advogados/promotores (116), funcionários públicos (60), professores/professores universitários (42), médicos (25), empresários (21), jornalistas (20), militares (6), religiosos (5) e outras (4).

Há relativa correspondência com os títulos obtidos, a saber: Direito (170), Medicina (30), Economia (28), Ciências Humanas (24), Engenharias (21) e outras (14), e uma prevalência dos títulos obtidos em universidades federais e estaduais do país ou em escolas, faculdades e instituições que lhe deram origem, contabilizando 256 diplomas de nível superior obtidos. Entre as instituições de ensino superior destacam-se: a UFRJ (50 ca-

sos), a UFPE (36), a USP (36), a UFBA (30), a UFMG (25), a UFRGS (12), a UFCE (12), a UFPR (9), a UFAM (7), a UFPA (6). Essas instituições de ensino somam 223 locais de obtenção de títulos superiores. E mais: 75 (1/4) dos casos têm pós-graduação, 289 (96%) dos casos têm graduação e 120 (40%) são membros de panteões de letrados como academias de letras e institutos históricos e geográficos dos seus estados.

Reforçando a prevalência de um segmento marcado pelo “aristocratismo ilustrado”, como definiu Coradini (1998b) para a “elite médica”, a prática da escrita associada ao engajamento político ao longo do século XX no Brasil, foi predominantemente monopolizada por agentes com perfil considerado mais “conservador”. Inicialmente, os “políticos-bacharéis” de famílias “tradicionais” nos seus estados, posteriormente os “técnicos-políticos”<sup>5</sup> possuidores de diplomas universitários, com saber especializado em áreas do conhecimento e passagem por cargos político-administrativos via ligações com políticos estabelecidos há décadas. Apenas mais recentemente, o ingresso de novos segmentos egressos do movimento sindical, estudantil, da “luta contra a ditadura”, etc. produziu a diversificação do espaço político relativamente à composição social e às clivagens ideológicas. Logo, no tocante ao posicionamento ideológico, analisando as filiações partidárias e o trajeto político em termos de adesões e compromissos nos embates que participaram, é possível, *grasso modo*, localizá-los em um espectro que vai da “direita”, com 178 casos (ou aproximadamente 60% do total); passa por posições passíveis de serem classificadas como de “centro”, com 90 casos (ou em torno 30

5. “Políticos-bacharéis” e “técnicos-políticos” são termos que foram inspirados nas análises de Dezalay e Garth (2000).

%); e chega na “esquerda”, com apenas 31 casos (ou algo que gira próximo aos 10%).

Isso se traduz nos gêneros de escrita privilegiados e nas transformações relativas à incidência que podem ser observadas ao longo do tempo. Quando se toma o principal gênero de escrita praticado por cada um dos parlamentares analisados, chega-se a seguinte distribuição: 124 (41,5%) dedicam-se prioritariamente à escrita sobre assuntos ligados a determinado setor que exige algum conhecimento especializado (setoriais); 98 (32,5%) oferecem escritos sobre grandes temáticas ou generalidades (generalistas); 52 (17,5%) redigem sobre personalidades, movimentos, grupos, etc. (biografias históricas); apenas 23 (7,5%) investem especialmente na literatura ou produção de romances, contos, poesias, novelas, etc.; e somente 2 (0,7%) são marcados por terem produzido fundamentalmente confissões políticas como memórias, autobiografias, etc.

Contudo, a ampla maioria dos agentes não se restringe a um tipo de gênero. Pelo contrário, mais frequentemente eles transitam por diferentes modalidades de escrita. Contabilizando os outros gêneros de escrita praticados pelos parlamentares (afora o mais frequente para cada caso mencionado acima), foi possível identificar que 110 (37% do total) escrevem sobre temas gerais; 99 (33%) produzem livros de biografias históricas; 81 (27%) desenvolvem temas mais especializados; 80 (27%) se dedicam às confissões; e 42 (14%) aos textos literários.

Chama a atenção que os gêneros “confissões” e “literatura”, que trazem baixos índices quando se busca o principal tipo de produção, aparecem com maior contundência quando o olhar recai sobre as outras mo-

dalidades de produção. Isso revela que há a prevalência de gêneros ligados diretamente à prática da representação política, isto é, que oportunizam a manifestação do político sobre temas especializados e “relevantes” para a administração pública, para a elaboração de tomadas de posição sobre grandes questões da atualidade ou, ainda, para a intervenção sobre a memória política (nacional ou regional).

Esses dados apontam também para as fronteiras melhor guardadas e para o caráter mais exigente em termos de capacidades e tempo de dedicação no domínio da literatura, logo menos compatível e acessível aos políticos profissionais, que renunciam ou que exercitam tal gênero de escrita esporadicamente, como *hobby*. Já no que concerne às confissões, dois aspectos parecem interligados, quais sejam: a raridade do gênero como principal modalidade entre políticos que se dedicam à escrita; e a sua concentração entre profissionais da política com carreiras exitosas e que chegaram ao topo da hierarquia política, na maior parte dos casos com a produção de outros gêneros ao longo da vida<sup>6</sup>.

A forte presença dos gêneros mais setorializados ou especializados e generalistas não deve ser tomada como homogênea e constante. Variações diacrônicas e correspondências entre perfis e modalidades de escrita permitem desvelar continuidades e descontinuidades nas vinculações entre o *métier* do político e a prática da escrita. Por exemplo, entre os parlamentares que priorizam publicações setoriais há a seguinte distribuição por áreas de conhecimento: Direito = 40 (32,5%); Economia = 40 (32,5%); Medicina = 16 (13%); Engenharia = 9 (7%);

6. Para uma análise sobre um subgênero dentro das confissões, isto é, a produção de memórias ou autobiografias, ver Grill (2011).

Educação = 12 (9%); Administração Pública = 4 (3 %); e Questões Rurais = 3 (2,5%). Observa-se uma polarização entre produções escritas ligadas ao Direito, em um extremo, e à Economia<sup>7</sup>, no outro extremo. Entre elas a Educação, mais próxima do polo de conhecimento “humanista”, e a Medicina e a Engenharia, mais próximas de um polo “técnico”. Num eixo intermediário, encontram-se escritos ligados à administração pública e às questões rurais.

Tal clivagem adquire maior nitidez quando são testadas algumas associações. Neste caso, afiguram-se correlações significativas entre os gêneros e as décadas de ingresso dos políticos nas carreiras eletivas, a

titulação escolar, as concepções de profissão, e os padrões de carreiras políticas.

Há um aumento proporcional dos gêneros próprios a domínios específicos ao longo do tempo (em sentido inverso às biografias históricas e à literatura), com uma ampliação de temas ligados à Economia, à Administração Pública e à Educação, em detrimento do Direito. Sendo assim, observa-se, por um lado, o incremento do investimento em conhecimentos especializados, mormente em cursos de Direito, Economia e Ciências Humanas; e, por outro lado, a combinação da atividade política com a do literato ou a do historiador autodidata se mostra cada vez menos frequente<sup>8</sup>.

**Quadro 2**  
Gêneros x Década de Ingresso na Carreira Eletiva

	Pré-30	30	40	50	60	70	80	Total
Setorial	18	17	14	20	18	18	19	124
Generalista	9	11	11	18	24	15	10	98
Biografias								
Históricas	14	13	7	12	3	3	-	52
Literatura	5	6	1	5	2	3	1	23
Confissões	1	1	-	-	-	-	-	2
Totais	47	48	33	55	47	39	30	299

Fonte: DHBB-FGV

7. A consolidação de uma competência política associada às qualidades técnico-profissionais dos economistas é analisada por Loureiro (1992). A autora estuda as origens e os processos de valorização de habilidades como o uso de modelos matemáticos, a previsão de cenários, a elaboração de projetos de investimento e desenvolvimento e, principalmente, “a capacidade de pensar a economia em termos globais e a disposição para intervir em seus processos” (p. 49). É importante reter que tal valorização é resultado de um trabalho coletivo e histórico de grupos e instituições pertencentes aos meios acadêmicos e governamentais, expressando interesses e ideologias e as disputas internas existentes no campo econômico.

8. Algo que se assemelha (talvez até como uma forma de ressonância) ao que foi demonstrado por Grèzes-Rueff, para a França, sobre a passagem de um cenário em que havia a forte associação entre poder e palavra para outra situação sintetizada no binômio poder-ação. Segundo ele, isso revela a “transformação da cultura da elite ou, pelo menos, a mutação do que os dirigentes, a opinião e os próprios deputados estimam ser a bagagem mínima que se deve exigir de um homem de estado” (1994, p. 176-178). Passam a prevalecer conhecimentos mais “utilizáveis” e ligados a “soluções concretas” em detrimento de uma cultura mais literária, erudita, retórica e aparentemente desinteressada.

A constituição de um polo dito mais “humanista” e outro considerado mais “técnico” guarda relação com os tipos de diplomas de nível superior obtidos. Mais do que isso, é possível apostar na influência de discrepantes matrizes de formação cultural, abastecedoras de quadros de pensamento, ideias, vocabulários, referências, enfim, parâmetros para o empenho dos agentes na busca de fundamentos das decisões políticas e alicerces das transformações do próprio Estado. Em linhas gerais e em distintos

contextos, a modalidade de escrita generalista parece orientada pelo aprendizado de línguas, transmissão/recepção de retóricas e gosto pela história. No tocante, em particular, aos elementos que caracterizam a formação jurídica, tem-se a defesa de causas, a análise de textos e o contato com clientelas de múltiplas proveniências e, em muitos casos, a aquisição de conhecimentos “extras” advindos da Ciência Política ou mesmo do Direito em nível de Pós-Graduação<sup>9</sup>.

**Quadro 3**  
Gêneros x Titulação Escolar

	Direito	Economia	Ciências Humanas	Medicina	Engenharia	Administração	Escola Militar	Agronomia	NSA	Total
Setorial	59	24	4	17	11	2	4	2	1	124
Generalista	51	4	15	9	9	1	3	2	4	98
Biografias										
Históricas	41	-	2	3	1	-	1	1	3	52
Literatura	18	-	2	1	-	-	-	-	2	23
Confissões	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Totais	170	28	23	30	21	3	8	5	11	299

Fonte: DHBB-FGV

Na mesma direção, apura-se a existência de uma forte correlação entre a formação em Economia e o gênero mais técnico ou especializado, bem como entre a formação em Ciências Humanas e a produção generalista. As chamadas formações tradicionais da “elite política” (Direito, Medicina e Engenharia), por sua vez, apresentam relativo equilíbrio entre os parlamentares que possuem tais titulações e se dedicam seja à escrita especializada, seja à generalista. Quer dizer, é possível identificar uma divisão entre os titulados em Direito, em Medicina e em Engenharia, uma vez que alguns priori-

zam a produção sobre questões mais gerais (distanciando-se da especialização escolar) e outros acionam exatamente tais conhecimentos para legitimar seus escritos.

Do mesmo modo, quando são cotejadas as frequências das vinculações entre a principal ocupação prévia à carreira política e os gêneros de escrita preferidos, é viável apostar em padrões opostos de excelência profissional e de legitimação do título e dos produtos escritos (livros) advindos desses conhecimentos. Isso com exceção dos professores, que estão mais associados ao polo “técnico” (setorial), e dos jorna-

9. Pistas que se inspiram no trabalho de Grèzes-Rueff (1994) sobre a cultura dos deputados franceses.

listas mais ligados à literatura e generalidades. Profissionais do mundo jurídico, médicos, empresários e funcionários públicos se bifurcam entre aqueles que escrevem sobre temas relacionados às suas profissões (sem

deixar de reivindicarem relevância política) e aqueles que tomam posição sobre as grandes questões da agenda política (democracia, justiça social, etc.).

Quadro 4

Gênero x Ocupação Prévia

	Advogado/ Promotor	Profes- sor	Médico	Empre- sário	Funcionário Público	Jorna- lista	Militar	Reli- gioso	Outros	Total
Setorial	48	23	12	11	24	1	4	1	-	124
Generalista	35	11	9	7	23	7	1	1	4	98
Biografias Históricas	26	5	3	2	8	5	1	1	1	52
Literatura	7	3	1	1	4	6	-	1	-	23
Confissões	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Totais	116	42	25	21	60	20	6	4	5	299

Fonte: DHBB-FGV

Além da posição social, a posição política alcançada e os tipos de carreiras percorridas sinalizam para determinadas condições que predispõem e/ou autorizam para os diferentes empreendimentos de escrita. Tomando os cargos mais altos conquistados na hierarquia de postos políticos dos seus estados, verifica-se que os casos que chegaram somente à deputação federal tendem mais aos temas especializados, e os políticos que alcançaram o governo do estado apresentam maior propensão a escrever sobre generalidades e biografias históricas. Já aqueles que

chegaram ao Senado da República, estes se distribuem em proporções bastante semelhantes àquelas encontradas para o conjunto dos casos. É possível identificar, portanto, dois modelos de atuação parlamentar e de uso da escrita entre deputados federais, um tido como mais técnico ou setorializado que predomina e se fortalece ao longo do tempo e outro mais generalista em leve declínio. Já entre os governadores, prevalece a figura do político preocupado com as grandes temáticas sociais e políticas e com a memória política, seus vultos e ícones.

Quadro 5

Gênero x Cargo Eletivo Mais Alto Ocupado

	Deputado Federal	Senador	Governador	Total
Setorial	88	31	5	124
Generalista	49	25	24	98
Biografias Históricas	31	12	9	52
Literatura	16	4	3	23
Confissões	2	-	-	2
Totais	186	72	41	299

Fonte: DHBB-FGV

Se a ocupação de determinados cargos eletivos, bem como a dinâmica de concorrência política e suas transformações ao longo do tempo prescreve papéis e predispõe a gêneros de escrita, a ocupação de cargos administrativos não é menos importante para a constituição da notoriedade e do prestígio social que autorizam a escrever e publicar (e o inverso possivelmente também ocorre)<sup>10</sup>. Examinado os cargos administrativos mais altos ocupados, percebe-se a maior propensão a escrever sobre temas relacionados a competências especializadas, na seguinte ordem de postos: em presidências e diretorias de estatais; ministérios; e secretarias de estado. Em outra via, decres-

ce a disposição para tal gênero entre aqueles que somente ocuparam cargos eletivos e aqueles que ocuparam assessorias, chefias de gabinete, cargos de confiança, entre outros, aumentando agora a frequência das biografias históricas, das generalidades e da literatura (essa última apenas entre políticos que ocuparam unicamente cargos eletivos). O que permite depreender que entre os deputados federais e senadores há uma maior atração por questões especializadas (exigente em termos de detenção de competências específicas e certificadas), e a legitimidade para publicar sobre tais assuntos é fundada à primeira vista na posse de títulos escolares e ocupação de cargos técnicos.

#### Quadro 6

##### Gênero x Cargo Administrativo Mais Alto Ocupado

	Ministro	Presidente/Diretor Estatal	Secretário	Outros	Somente Eletiva	Total
Setorial	36	18	30	6	34	124
Generalista	21	5	23	9	40	98
Biografias						
Históricas	15	3	8	5	21	52
Literatura	1	3	5	1	13	23
Confissões	-	-	1	1	-	2
Totais	73	29	67	22	108	299

Fonte: DHBB-FGV

Fator que pode ser corroborado pela correlação entre padrões de carreira (construídos com base no tempo dedicado a mandatos eletivos e a cargos político-administrativos) e gêneros de escrita. Parlamentares com carreiras predominantemente eletivas escrevem, proporcionalmente, menos livros alicerçados em competências especializadas e mais livros sobre generalidades e literatura. Políticos com

carreiras que mesclam atuações semelhantes (medidas em tempo) em cargos eletivos e administrativos tendem a escrever, proporcionalmente, mais sobre temas especializados e menos sobre literatura e generalidades. Por fim, senadores e deputados que passaram a maior parte da carreira política em cargos administrativos dedicam-se prioritariamente à produção setorializada.

10. O reconhecimento da posse de certa “competência” pode estar relacionado ao acúmulo prévio tanto de créditos objetivados em títulos e publicações voltados, por exemplo, para a “agenda de estado”, “causas” e “problemas sociais” valorizados em algum momento, como e indissociavelmente de laços (afetivos, ide-

## Quadro 7

### Gêneros x Padrões de Carreiras Políticas

	Eletiva	Equilibrada	Administrativa	Total
Setorial	60	57	7	124
Generalista	68	30	-	98
Biografias Históricas	32	19	1	52
Literatura	20	3	-	23
Confissões	1	1	-	2
Totais	181	110	8	299

Fonte: DHBB-FGV

## 4 Considerações Finais

Como foi demonstrado ao longo do texto, há uma nítida distinção entre dois modelos. Sobressai, de um lado, um padrão dito mais “tradicional”: com formação “humanista”; ligação com “grandes famílias de políticos” estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX; passagem por cursos de direito, engenharia e medicina nas principais instituições de ensino superior do país (hoje universidades federais situadas em estados que contam decisivamente no “mapa político”); exercício da advocacia, promotorias, profissões liberais e/ou altos cargos no funcionalismo público; e a dedicação principalmente à escrita de temas generalistas, biografias históricas ou setoriais apoiados no saber e na atividade jurídica. E, do outro lado, um padrão tido como mais “moderno”: com formação “técnica”, constituído de egressos de segmentos que ascenderam social e politicamente mais recentemente; afeiçoados pela conjugação da posse de diplomas (notadamente economia e outras especialidades consideradas e exercidas como “técnicas”) e atividades profissionais (entre elas o

magistério em universidades em um período mais profissionalizado) e/ou públicas ateadoras desses saberes; e que investiram primordialmente em temas setoriais voltados para as suas áreas de conhecimento em interface com a relevância política e administrativa. Nos dois polos há a predominância de políticos que articulam o conjunto de gêneros de escrita em proporções e temporalidades compatíveis com seus perfis sociais, suas carreiras políticas e suas sequências de eventos, movimentos, experiências, concorrências e interações aos quais se submetem.

A pretensão deste texto foi apresentar os encaminhamentos iniciais da investigação de um universo diversificado na sua composição e intrincado nas suas lógicas, princípios e dinâmicas. O aprofundamento do estudo exige empreendimentos mais refinados de pesquisa que permitam aperfeiçoar a apreensão do lugar (de embates e de consagrações) da produção escrita dentre os condicionantes de carreiras e de concepções políticas. Sendo assim, as considerações que seguem esboçam investimentos que sucederão esta primeira etapa de caráter mais exploratório.

Visando ponderar sobre as condições encontradas para a produção escrita entre

ológicos, instrumentais, etc.) e aprendizados adquiridos ao longo de biografias militantes, socializações e sociabilidades comuns. Ver Reis (2007).

“homens públicos”, tendo em vista as condições de expansão dos domínios “intelectuais”, é preciso explorar aspectos como: as fases de desenvolvimento do mercado editorial; as questões legítimas nos cenários nacional e regional nos quais estão inseridos; o lugar (editoras) por onde publicam; as estratégias de etiquetagem dos produtos; e as condições de recepção dos escritos (implicando o público leitor mais ou menos especializado ou intérpretes que podem ser outros políticos, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, etc., e as conjunturas mais ou menos propícias a determinadas versões).

Acrescenta-se a isso a importância do investimento em uma análise acurada dos textos produzidos. Ou seja, constituir um *corpus* discursivo cuja sistematização, organização e exame permitirão observar a polifonia germinada das narrativas, articulando-a às múltiplas lógicas, ao mesmo tempo condensadas e vulneráveis a novas equivalências. Sem descuidar de situá-las relativamente às condições e aos condicionantes específicos da produção; às diferentes conjunturas e consumidores, submetidos aos seus próprios condicionantes de recepção e divulgação; aos condicionantes que intervem no trabalho sociológico de tratamento do conjunto de mecanismos que, a cada circunstância, fazem da produção o que ela é; aos deslocamentos possíveis entre registros e gêneros no âmbito do texto, porém informados por trocas, conflitos, debates, releituras, reconfigurações de saberes, etc.

Em síntese, como sugere Le Bart (1998), a verificação quantitativa do maior ou menor investimento na produção e publicação por políticos não deve desconsiderar as características e os efeitos qualitativos desses investimentos, mormente no que diz respeito às possibilidades de apreensão das definições legítimas do *métier* político.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. et. al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2011.
- ALONSO, A. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BADIE, B.; HERMET, G. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BOURDIEU, P. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANEDO, L. B. O capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais*. V. 8, n. 15, 2011.
- CANEDO, L. B. *Continuidade e descontinuidade na ordem política brasileira: o caso de Minas Gerais*. Colóquio saber e poder, 2008.
- CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1996.
- CHAMPAGNE, P. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARLE, C. *Naissance des 'intellectuels' (1880-1900)*. Paris: éditions de minuit, 1990.
- CORADINI, O. L. Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas: “empresários” e “trabalhadores” no período recente no Brasil. *Antropolítica*, v. 19, 2007.
- CORADINI, O. L. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.
- CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de “participação” política. In: Heredia, B. et AL. (Orgs.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

- CORADINI, O. L. Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral num município de imigração italiana. PALMEIRA, M.; BARREIRA, I. (Orgs.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998a.
- CORADINI, O. L. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, Loiva Otero et al. (orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 219-240, 1998b.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.43, jun. 2000.
- FAUSTO, B. Imigração e Participação Política na Primeira República. In: FAUSTO, B. et al. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- GARCIA JR., A. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 98, juin, 1993a.
- GARCIA Jr., A. Reconversion des elites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études Rurales*, N.º 131-132, 1993b.
- GARRAUD, P. La politique à l'épreuve du jugement judiciaire. La pénalisation croissante du politique comme 'effet induit' du processus d'autonomisation de l'institution judiciaire. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique: entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris: Préses Universitaires Rennes, 2001.
- GRÈZES-RUEFF, F. *La Culture des Députés Français (1910-1958)*; Essai de typologie. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1994.
- GRILL, I. G. Gestão de imagens e teorizações nativas do jogo político: "memórias" de ex-parlamentares no Brasil. *IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL*, 2011.
- GRILL, I. G. Os usos de "ismos" em batalhas políticas e intelectuais (RS e MA). *34. Encontro Anual da Anpocs*, 2010.
- GRILL, I. G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista Sociologia e Política*, n.º 30, 2008.
- LE BART, C. La construction sociale du genre 'livre politique'. In: ARNAUD, L; GUIONNET, C. *Les frontières du politique*. Paris: PUF, 2005.
- LE BART, C. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. *Revue Française de Science Poltique*. V. 48, 1998.
- LOUREIRO, M. R. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, outubro de 1992.
- MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e na Direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.22, n.º 64, 2007.
- MARQUETTI, D. Le journalisme d'investigation: gènes e consecration d'une spécialité journalistique. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique: entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris: Préses Universitaires Rennes, 2001.
- MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: Fausto, B. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.
- MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.
- NEVEU, E. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- NEVEU, E. Métier politique: d'une institutionnalisation à une autre. In: LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2003.

NEVEU, E. Le sceptre, les masques et la plume. *Mots*, n.32, 1992.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. *Tom*, v. 13, 2008, p. 127-168.

REIS, E. T. dos. Apropriações da gramática democrática, perfis militantes e concepções de gestão pública (RS e MA). In: SANTOS, A.M. dos. (Org.). *Os eleitos/as eleitas*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012. ( a sair ) .

REIS, E. T. dos. Da Contestação à Profissionalização Política: capital social, capital militante e capital político. In: Igor Gastal Grill; Eliana Tavares dos Reis; José Barros Filho. (Org.). *Elites, profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: Editora da UFMA, 2008a.

REIS, E.T. dos. Em nome da participação popular: constituição de uma causa legítima e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9/10, p. 105-132, 2008b.

REIS, E T. dos. *Contestação, Engajamento e militância*: da luta contra a ditadura à diversificação das de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SORÁ, G. *Brasilianas*. José Olympio e gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp, 2010.

SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social. *Mana*, v. 5, n.2, p.38-58, 1999.

TRINDADE, H. *Bases da Democracia Brasileira*. In: ROUQUIE, Alain et al. *Como Renascer as Democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TRUZZI, O. Sírios e Libaneses em São Paulo. In: FAUSTO, Boris et al. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

## NOTA SOBRE OS AUTORES

Igor Gastal Grill é formado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS. É professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Tem pesquisado os processos de seleção e afirmação de elites políticas e culturais, bem como as lógicas específicas de construção de “heranças” na política. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

Eliana Tavares dos Reis é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Ciência Política (UFRGS). Tem investigado as modalidades de militância política e os condicionantes da afirmação de elites culturais e políticas. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

Recebido em: 17.11.11

Aprovado em: 23.03.12

